



Prática Pedagógica na Assistência Social

Fortalecendo o processo de inclusão
social através dos CRAS

**INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA - ADM & TEC
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Gerência Geral Técnico Institucional
Gerência Executiva das Ações de Monitoramento, Capacitação e Avaliação.
Projeto de Capacitação - Prática Político-Pedagógica:
Ferramenta de Inclusão Social**

Projeto de Capacitação Prática Político-Pedagógica: Ferramenta de Inclusão Social

**PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fortalecendo o processo de inclusão social através do CRAS**

ELABORAÇÃO

Lídia Lira

REVISÃO DE TEXTO

Patrícia Carvalho

PROJETO GRÁFICO

AZ Bureau de Criação - Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios



GOVERNADOR DO ESTADO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Lygia Maria de Almeida Leite

CHEFE DE GABINETE
Amanda Cavalcanti

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fábia Siqueira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TRABALHO
Brenda Braga

**GERÊNCIA GERAL TÉCNICO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA DE MONITORAMENTO, CAPACITAÇÃO E
AVALIAÇÃO**
Laurisabel Guimarães Pinheiro

**GERÊNCIA GERAL DE DESCENTRALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO
LOCAL**
Carmenlucia Galvão

GERÊNCIA GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Cláudia Amorim

GERÊNCIA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Margarida Soares

GERÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA
Everalda Pinheiro

**GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO COM OS CONSELHOS E
SOCIEDADE CIVIL**
Rosali Araújo

GERÊNCIA DA JUVENTUDE
Miriam de Souza Leão Albuquerque

GERÊNCIA INSTITUCIONAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Dalônio Carvalho

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO
Leoclécia Couto Guimarães

ASSESSORIA DE IMPRENSA
Mariza Pontes

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA – ADM&TEC

Diretor Presidente
Professor Luiz Ribeiro

COORDENAÇÃO GERAL SDSC
Gerência Geral Técnico Institucional - Gerência de Monitoramento, Capacitação e Avaliação
Laurisabel Guimarães Pinheiro

EQUIPE DO PROJETO
Coordenador Técnico Pedagógica
Lucia Lyra Gomes
Elizabeth Coelho Rushansky

Técnicas Sociais
Antônia Cristina Oliveira de Lima
Elayne Barbosa dos Santos
Maria Augusta C. de Góes Cavalcanti
Suely Maria Nery da Silva

Equipe de Facilitadores
Lídia Lira
Maria do Carmo Clemente
Roberto Vieira Lira
Teresa Lôbo

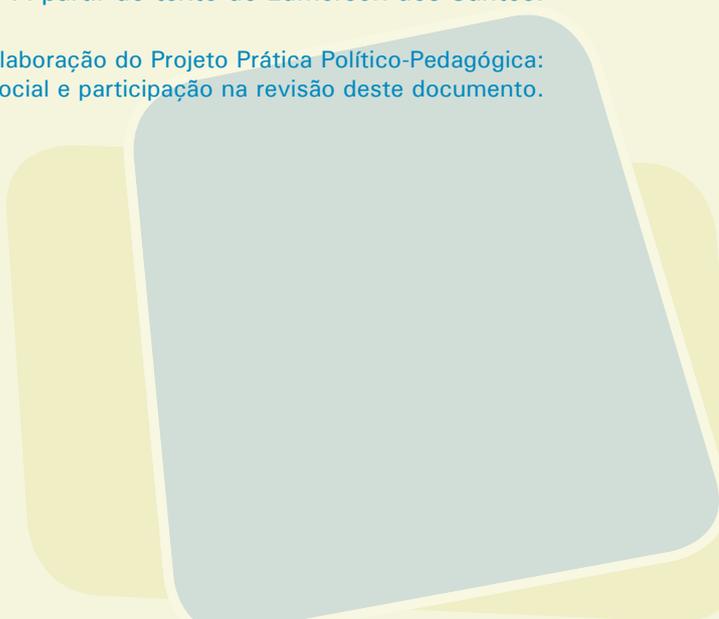
Apoio Administrativo
André Gustavo de Queiroz Monteiro
Fernando de Barros Araújo Netto

Apoio à Informática
Edvaldo Pereira do Nascimento

Pensar uma prática político-pedagógica implica pensar na concepção de ser humano e de sociedade que se pretende construir e, na qualidade do serviço que se quer prestar.

Reflexão de Cleonilda Queiroz*
A partir do texto de Edmerson dos Santos.

* Assistente social responsável pela elaboração do Projeto Prática Político-Pedagógica: Ferramenta de Inclusão Social e participação na revisão deste documento.



Agradecimentos

Agradecemos a todos os participantes do processo: às equipes municipais que, com muito compromisso, se dispuseram a contribuir socializando experiências, dúvidas, propostas e muita vontade de construir juntos; à equipe de facilitadores que, de forma lúdica, aprofundou as temáticas, socializando conhecimentos e produzindo saberes e à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco que marcou bravamente a história da Assistência Social em Pernambuco, enfrentando desafios e sistematizando processos. Enfim, a todos os atores que protagonizaram nos diferentes cenários esse capítulo da história da Assistência Social em Pernambuco o nosso muito obrigado!

Laurisabel Pinheiro

SUMÁRIO

Apresentação | 10

1. A educação a serviço da transformação | 15

- Prática pedagógica na Assistência Social | 16
- O CRAS como espaço educativo | 22

2. Organizando as idéias... | 29

- Diagnóstico social sob a ótica da transformação – Identificando a realidade e construindo uma memória | 30
- Atividades para a implantação e implementação de intervenções sociais | 33
- Retrospectiva sobre o diagnóstico-monitoramento e avaliação | 38

3. Saindo do papel e construindo o alicerce - dando vida ao planejamento: | 41

- Sugestões de atividades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas na assistência social | 44

Apresentação

Qual é o cunho educativo da Assistência Social? Como ele se configura? Em que momento ele deve estar sendo usado? Quando devo assumir o papel de educador? Todos os profissionais que atuam na Assistência Social exercem uma função educativa? Estas e outras perguntas são feitas constantemente na nossa prática profissional, e, principalmente, no atual contexto da Política de Assistência Social com a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Deste modo, com o intuito de minimizar e esclarecer qual o papel educativo dos técnicos que fazem a assistência social no estado nos fez elaborar e executar o Projeto de Capacitação Prática Político-pedagógica: ferramenta de inclusão social, o qual foi voltado para os profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Assim, esta Cartilha pretende oferecer subsídios para as equipes técnicas dos CRAS no sentido de contribuir para o processo de consolidação de uma prática político-pedagógica que vise o fortalecimento da cidadania dos usuários da Assistência Social, priorizando a abordagem da família como protagonista no processo de conquista dos direitos sociais.

É importante destacar, ainda, que essa Cartilha é resultado do processo de construção coletiva do conhecimento construído durante as capacitações e sintetiza as discussões e reflexões de todos os participantes, constituindo uma memória da experiência do projeto. Também enfatiza a potencialidade dos CRAS como mecanismos institucionais que podem contribuir de forma significativa para o conhecimento do território, tendo em vista o atendimento às demandas locais e as necessidades sociais das famílias usuárias.

Em suma, evidencia-se que os CRAS constituem espaços legítimos para a efetivação de uma prática político-pedagógica inovadora, onde comungam saberes interdisciplinares dos diversos profissionais que

os compõem, que podem enriquecer essa dimensão educativa, tendo em vista a integralidade no atendimento aos usuários da Assistência Social. Cabe aos profissionais utilizarem de criatividade e sensibilidade necessárias para otimizar as potencialidades desse espaço de atuação.

Espero que vocês gostem da leitura e que esta Cartilha seja um dos instrumentos de trabalho; sabemos que temos muito a caminhar, ainda, para consolidação do SUAS, mas já estamos caminhando a passos largos, e este documento sintetiza uma destas passadas que contou com a colaboração de cada um de vocês, de forma direta ou indireta. Sucesso para todos e boa leitura.

***Laurisabel
Guimarães Pinheiro
Gerente de Monitoramento, Capacitação
e Avaliação.***

Capítulo 1

- Reflexão sobre a importância da atitude educativa no processo da Assistência Social;
- Considerações sobre prática pedagógica;
- Sugestões sobre planejamento;
- Caracterização do CRAS como espaço educativo e do profissional educador.

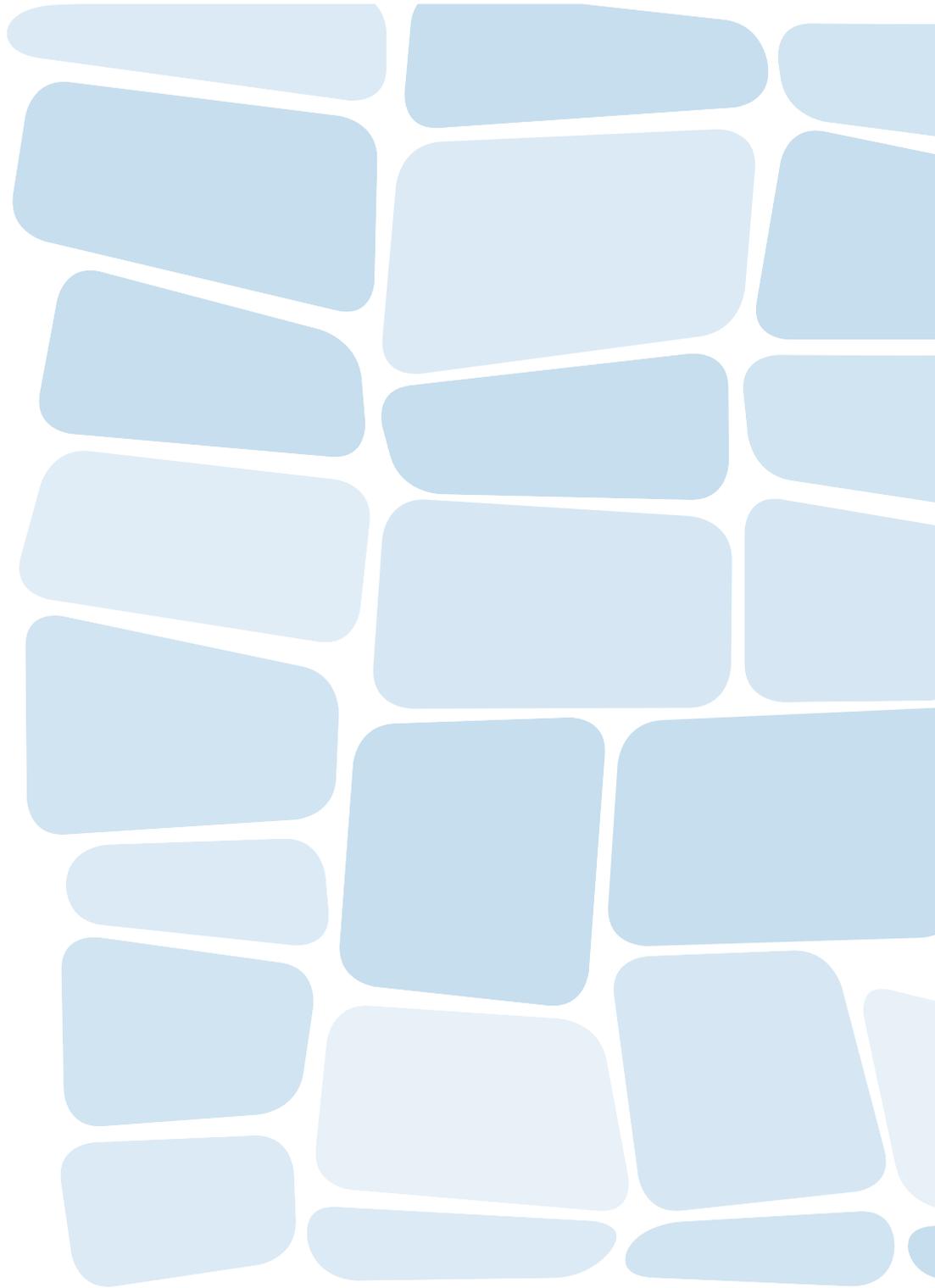
Capítulo 2

- Reflexão sobre a importância do diagnóstico;
- Sugestões de atividades para o desenvolvimento do estudo diagnóstico;
- Sugestões de atividades para a implementação das ações;
- Monitoramento e avaliação.

Capítulo 3

Sugestões de atividades:

- Diagnóstico social – preparação para o planejamento;
- Articulação entre as equipes – intersetorialidade;
- Construção de proposta – planejamento;
- Participação ativa dos usuários – fortalecendo o protagonismo.



1

EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA TRANSFORMAÇÃO

“Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos, porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa.”

Vicente Barreto

PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Educação para a Cidadania

A Assistência Social se revela, tradicionalmente, muito mais para os carentes e os marginalizados. Por outro lado, essa caracterização sobre uma Política Pública provoca a reflexão permanente sobre o que fazer para consolidar práticas transformadoras e como fazer para instigar a participação ativa dos usuários num processo já deflagrado.

A Educação, nas ações da Assistência Social, representa um processo de descoberta e tomada de consciência das pessoas sobre as suas responsabilidades no exercício de direitos e cumprimento de deveres, e na organização social por novas conquistas, baseando-se no referencial histórico e cultural do povo brasileiro.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, traz a possibilidade de construir um novo processo de descoberta e re-significação de ser cidadão e pertencer a um coletivo. O SUAS vem imprimir, nas ações de Assistência Social, uma leitura mais unificada sobre as intervenções, sem desconsiderar as especificidades dos territórios e das pessoas que compõem esses espaços de poder: O que marca a história das classes sociais? O que vem alimentando a exclusão social? Como os cidadãos vêm exercendo os direitos garantidos nos marcos legais e se organizando na luta por novas conquistas sociais?

Educar, educar, educar...

A educação, entendida como a essência da transformação, revela possibilidades que não estão unicamente sob responsabilidade das instituições de ensino. O processo que viabiliza a educação das pessoas

acontece em todos os espaços coletivos, pautados nos valores sociais que delineiam a identidade das pessoas. Portanto, a importância da educação para a transformação está além dos muros das creches, escolas, universidades. A educação que transforma está na capacidade de refletir sobre os conhecimentos e na produção de saberes que terão aplicabilidade nos espaços coletivos. Uma educação que esteja além da escolarização, da formalização e apropriação de conhecimentos, que reconheça as potencialidades dos indivíduos e a capacidade coletiva de (re) criar o mundo a partir dos contextos onde estão inseridos.

Um desafio intersetorial para todas as políticas sociais assumirem como demanda prioritária¹: escolas assumindo a função social de trabalhar o desenvolvimento intelectual condizente com a realidade; unidades de saúde promovendo a autonomia dos usuários sobre os processos de tratamento; Centros de Referência da Assistência Social - CRAS desenvolvendo ações estruturadoras com resultados mais eficazes e efetivos sobre as famílias e espaços comunitários. O que exige das equipes uma prática pedagógica pela formação integral.

Construindo a prática pedagógica

A capacitação das equipes, que gerou como produto esta Cartilha, considerou a Teoria do Construtivista no conjunto de teorias sobre a educação para a fundamentação da abordagem nas ações de Assistência Social. Essa opção está relacionada à base que o Construtivismo traz para a reflexão sobre a importância do protagonismo e da participação ativa das pessoas no processo de aprendizagem e vivência, que consolida a educação para a transformação.

O Construtivismo revoluciona visões pré-concebidas sobre as pessoas e as possibilidades que essas têm de interagir nesse processo. Apesar

¹ Adaptado do texto: Educação e Transformação Social: Interroguemos Nossas práticas. Cruzamento de Saberes e de Práticas no Contexto do Pensamento de Paulo Freire Recife – Brasil, 2,3 e 4 de maio, 2002 Seminário UNESCO/MOST

de ressaltar a produção coletiva e a importância de considerar nas abordagens as opiniões dos participantes, o construtivismo não defende o espontaneísmo ou a total ausência de planejamento. Cabe aos profissionais buscar embasamento prévio sobre a temática e planejar a essência da abordagem, definindo diante das necessidades do grupo, a linha de raciocínio que promoverá a compreensão e a participação de todos. Portanto, o planejamento deve ser pautado na organização de idéias sobre a lógica da intervenção social.

Planejar não é um bicho de sete cabeças! Afinal, o planejamento faz parte do nosso cotidiano: realizar um passeio, investir em algo, adquirir um patrimônio, convencer alguém sobre algo, etc.

O CRAS é um espaço de planejamento, uma vez que precisa organizar suas ações e atividades considerando o movimento dos territórios e a partir destes, definir a prática educativa mais coerente em relação à compreensão sobre as pessoas, sobre o mundo que cercam e a responsabilidade de cada uma na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A prática pedagógica toma forma dentro do CRAS, gradativamente, permeando o cotidiano das equipes que desenvolvem as ações e adesão dos (as) usuários (as) que utilizam os serviços ofertados.

Nessa direção, é importante considerar pontos imprescindíveis para a consolidação das práticas pedagógicas nas ações de Assistência Social.

- Pactuar coletivamente os objetivos, procedimentos, responsabilidades, resultados, etc;
- Planejar ações centradas nos (as) usuários (as) considerando realidades distintas e comuns;
- Favorecer a formação ampliando a capacitação dos profissionais a partir da socialização de experiências, dúvidas, medos e ideais.

VALE A PENA DESTACAR

Considerações a serem apreciadas pelas equipes ao longo da implementação das ações.

É importante preparar-se para desenvolver uma atividade, de forma que ela não seja interrompida por outra: o agrupamento de tarefas afins economiza tempo e esforços; **problemas rotineiros podem ser identificados, classificados e organizados, resultando em atividades que podem ser realizadas nos mesmos horários; rotinas diárias garantem serenidade e eficiência.** Todas as tarefas devem ser concluídas; tarefas inacabadas tumultuam o trânsito das outras, comprometendo as metas traçadas.

Nas Ações de Assistência Social, a prática pedagógica exige, também, o planejamento de uma rotina de procedimentos que independa da “personalização” que certos profissionais costumam imprimir no desenvolvimento de atividades. É preciso considerar as diferenças de cada ator social envolvido, mas, ao mesmo tempo, buscar uma linha de atuação que marque as abordagens, sob uma lógica comum, evitando, assim, problemas de interpretação que geram conflitos desnecessários e ameçam o trabalho coletivo.

Exemplificando: se fica sob a lógica pessoal da recepcionista, o acolhimento das pessoas que chegam ao serviço (considerando a sua concepção individual sobre o que vem a ser um acolhimento), possivelmente, alguns profissionais não vão compreender e, muitas vezes, poderão desfazer ou construir paralelamente uma outra lógica, causando tumulto para o entendimento e adesão das pessoas sobre os processos.

Padronizar não significa enrijecer processos, criar modelos imutáveis ou assumir postura autoritária. No processo de padronização é aconselhável:

CONSULTAR as pessoas que executam as atividades;
CONHECER as expectativas dos usuários sobre o atendimento;
LISTAR os procedimentos recomendados a partir da opinião e reflexão dos grupos;
ELABORAR um plano que constitua uma referência para realizar a rotina, represente o consenso dos participantes e permita a novas pessoas que venham a se integrar nas ações, uma orientação clara e precisa sobre o processo;
ACOMPANHAR sua execução e corrigir o que for necessário.

Características do profissional educador

Diante desse novo modelo de educação, percebe-se a necessidade de se repensar a prática enquanto educador, numa práxis transformadora. Repensar as práticas subentende mudança de postura por parte do profissional.

Sendo assim, através das construções coletivas dos grupos durante as capacitações, foram identificadas algumas características necessárias para a postura do profissional educador, como:

- Escuta ativa;
- Crença no processo de evolução do ser;
- Ética;
- Respeito às diferenças;
- Humildade em compor o processo de educação;
- Criatividade;
- Metodologia participativa;
- Exercício de cidadania;
- Articulação permanente;

- Troca de conhecimento;
- Empatia;
- Dinamismo;
- Produção e reprodução de saberes.

FIQUE LIGADO! **Prática político-pedagógica**

- Reconhecimento e valorização das potencialidades dos usuários (famílias);
- Produção de saberes: populares, histórias de vida e estratégias de sobrevivência;
- Estímulo à criatividade e criticidade, mobiliza recursos subjetivos (medos, vergonhas, crenças, complexos, baixa auto-estima, solidão, isolamento);
- Processo metodológico estimulante e prazeroso – motiva a participação, troca de experiências e diálogo;
- Valorização das pessoas considerando os diferentes níveis de conhecimento;
- Seleção de conteúdos coerentes com as necessidades e desejos dos usuários (indivíduos e famílias);
- Reconhecimento, valorização e fortalecimento dos projetos de vida;
- Reconhecimento do outro e a si mesmo, como ser interdisciplinar – integral.

CRAS - COMO ESPAÇO EDUCATIVO

Ao refletir sobre a construção de uma proposta que conduza à prática pedagógica para as ações de Assistência Social, é importante considerar não só os procedimentos, mas os espaços que venham garantir a mudança de atitudes frente ao novo modelo de intervenção social. A proposta de territorializar os serviços públicos deve acompanhar a lógica da descentralização, abrindo espaço para o controle social sobre a implementação das políticas.

22

A implantação de novos serviços que venham contribuir para a sobrevivência das pessoas nos territórios gera uma série de expectativas e ansiedades que, com certeza, não serão respondidas ou supridas totalmente por uma única política de atendimento, muito menos, por uma equipe de profissionais. Isso provoca a reflexão sobre a importância da educação para a cidadania.

Cabe às equipes atender as necessidades e demandas apresentadas pelos usuários, uma vez que é função social das Políticas Básicas, nos seus diversos serviços. Isso corresponde a **o que fazer**. Alcançar a transformação social, produzindo através dos serviços resultados e impactos, é um compromisso das equipes e dos usuários, uma ação de co-responsabilidade. Isso corresponde a **como fazer**.

Implantar o CRAS sob a lógica da educação social para a cidadania é estruturar um espaço que promova a reflexão/ação, que acolha conflitos, dificuldades e potencialidades, produzindo coletivamente idéias e estimulando novas vivências.

Caracterizando o CRAS como espaço educativo

- Garantir acolhimento nas relações interpessoais;
- Desenvolver escuta ativa;
- Ter uma proposta sócio-pedagógica estruturadas e integrada;
- Promover ações protagônicas;
- Acolher conflitos;
- Garantir espaço de reflexão permanente e ação pró-ativa (Reflexão/Ação).
- Contemplar, nas intervenções, as necessidades individuais no conjunto de demandas coletivas.
- Adequar espaço físico ao usuário e suas demandas;

Com base nas caracterizações descritas acima, vale ressaltar alguns pontos, dentre eles:

23

Acolhimento nas relações interpessoais

Os conflitos e as fragilidades das pessoas são reconhecidos como pontos impulsionadores na busca pelos serviços de Assistência Social e, conseqüentemente, são esses os primeiros a serem considerados na fala dos usuários. A caracterização da população prioritária aos serviços, apesar dos avanços sobre o reconhecimento da Assistência Social enquanto Política Pública, ainda recebe influência de concepções pautadas muito mais na “benesse” do que no direito de cidadania. Portanto, sob essa lógica, expor situações de vulnerabilidade significa, para a maioria dos usuários, uma possibilidade de garantir o acesso aos serviços.

No primeiro contato do usuário com a equipe, é importante acolher os sentimentos, mas é responsabilidade, também, das equipes provocar junto aos usuários a reflexão sobre os depoimentos. Nesse processo, chamamos a atenção para:

- As expressões dispensadas durante a escuta;
- O acolhimento dos conflitos, a tolerância sobre pontos divergentes, reconhecendo-os como subsídios para o planejamento das abordagens;
- Traçar um planejamento operativo que considere o campo de forças e possibilidades (diante das necessidades e demandas, **o que temos para ofertar e o que ainda não temos**, mas podemos produzir como práticas coletivas e comunitárias).

Ter uma proposta (sócio-pedagógica) estruturada e integrada

A formação integral do ser humano exige, sobretudo, uma avaliação sobre a situação de vulnerabilidade e análise sobre as necessidades, identificando e agrupando as demandas como subsídios para a construção da proposta de intervenção sócio-pedagógica. Um planejamento que exige uma visão ampla sobre o ser humano, suas fraquezas, suas potencialidades, as possibilidades e as forças que o cercam no contexto no qual está inserido. Uma atividade que exige:

- **Identificação** sobre as necessidades das famílias e as demandas de encaminhamentos que essas necessidades apontam para as equipes;
- **Mapeamento** das demandas considerando não só o que cabe à política de Assistência Social/CRAS, mas às equipes de outras Políticas Públicas que atuam no território (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Lazer, etc.).
- **Organização** de idéias para definir o que é possível agrupar no conjunto de necessidades apresentadas pelas famílias, montando, assim, uma intervenção mais estratégica para ações mais articuladas e integradas entre as equipes que atuam no território.

Promover ações protagônicas

A participação ativa é um exercício que propicia a organização de grupos sobre as suas condições de reflexão/ação. Construir espaço para exposição de idéias e pactuação de metas (objetivos) propicia condições para o protagonismo das pessoas envolvidas no processo. Equipes, usuários e grupos organizados precisam estar bem representados nos momentos promovidos pela intervenção. O investimento no protagonismo deve estar contemplado na proposta metodológica das equipes, e não ser reduzido a uma recomendação para o espontaneísmo individual e solitário de alguns profissionais. É possível caracterizar como ações e atividades protagônicas:

- **Ações e atividades que favoreçam a participação** através de trabalhos em grupos, oficinas, pesquisa participante, etc;
- **Ações e atividades provocativas** que estimulem o posicionamento sobre fatos e acontecimentos polêmicos;
- **Ações e atividades que permitam ao profissional estabelecer relação de partilha**, respeito e confiança entre as pessoas que estão direta e indiretamente envolvidas;
- **Ações e atividades com direcionamento equilibrado**, acolhendo os posicionamentos, mas, ao mesmo tempo, refletindo sobre os juízos de valor e pré-conceitos existentes.
- Correspondência entre processos desenvolvidos, resultados obtidos e objetivos traçados.

Adequar espaço físico aos usuários e suas demandas

O conhecimento sobre a realidade permitirá uma definição mais coerente sobre o trabalho a ser desenvolvido e a estrutura necessária para a

implantação dos CRAS. Essa coerência propiciará aos usuários maior satisfação, e às equipes, melhores condições para desenvolver as ações e atingir com maior facilidade os objetivos propostos. Portanto, o espaço físico deve se adequar à proposta educativa, e não simplesmente a proposta educativa se adequar ao espaço físico. Nesse sentido, vale a pena garantir a participação dos usuários na organização desses espaços. O processo coletivo propiciará o fortalecimento da relação de pertencer e, conseqüentemente, alimentará o espírito de participação ativa e coresponsabilidade com os resultados.



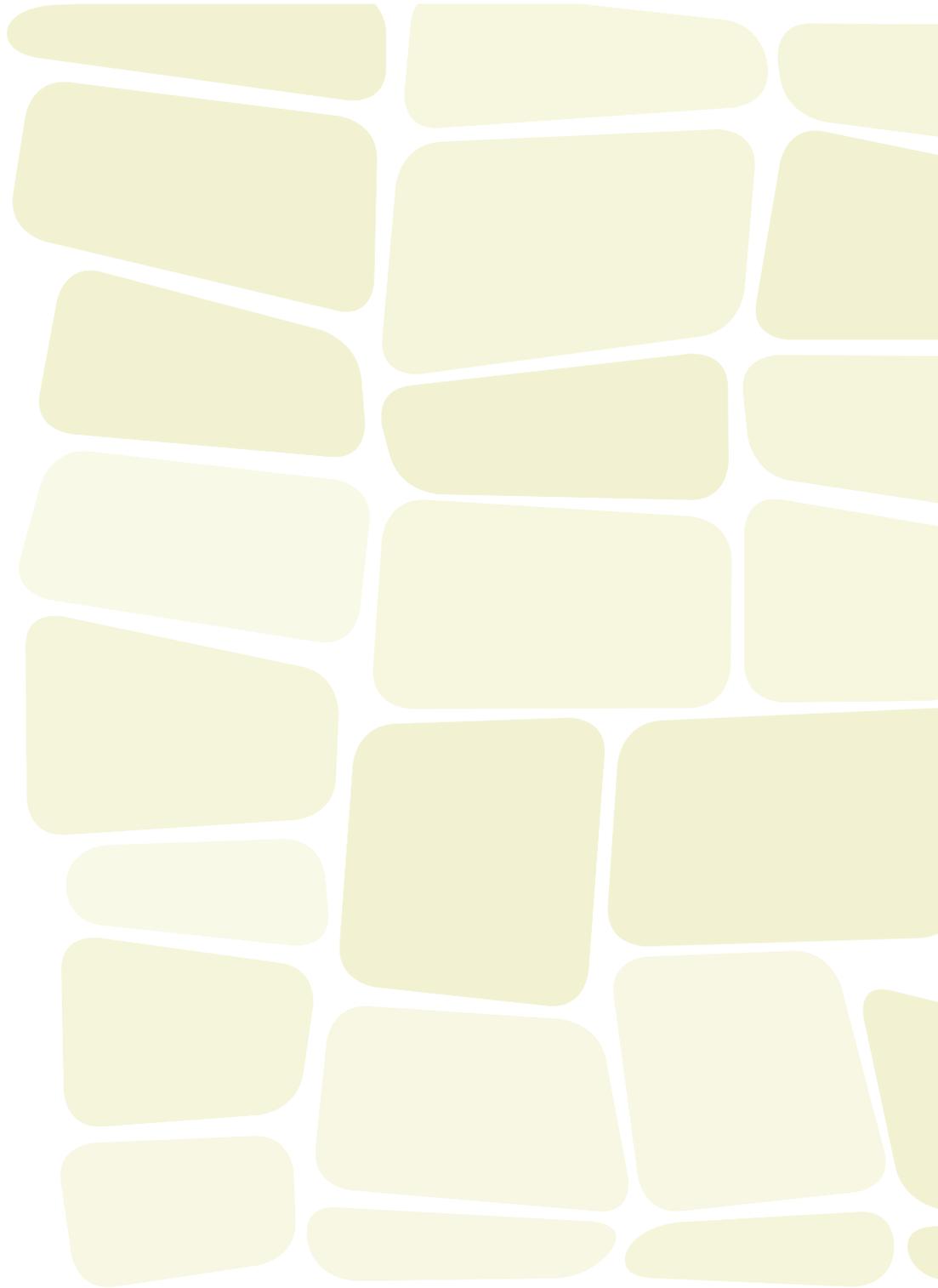
Em todas as áreas de atendimento, a educação quando acontece, provoca naturalmente a transformação e a evolução das pessoas que, começam a almejar um mundo que ofereça melhores condições de vida. Como facilitadoras desse processo de crescimento, as equipes precisam de constante investimento em capacitação para atualização de conhecimentos num movimento permanente de descoberta e criatividade sobre o seu potencial. Nesse sentido, todos (equipes e famílias) são considerados como participantes do processo educativo. No entanto, cabe às equipes a organização e a condução do processo, o que exige fundamentação e estudo sistemático e transdisciplinar.

As ações que objetivam a transformação social só terão impactos se entendidas como ações educativas pautadas na reflexão das pessoas sobre seus valores, suas necessidades e a disposição de construir coletivamente, o mundo almejado. Um processo construído cuidadosamente sem perder de vista os vários contextos e atitudes que compõem as etapas para a transformação social. Entre a verificação sobre as necessidades e a avaliação sobre os resultados, o caminho deve ser traçado com muita atenção, tendo clareza para onde estamos indo e onde queremos chegar, colocando a educação permanente a serviço da transformação social. Um processo que reflete a organização de idéias e a composição de etapas numa dimensão mais ampla.

FIQUE SABENDO!

INTERSETORIALIDADE Ação entre setores que atuam em áreas específicas, mas se articulam desenvolvendo atividades complementares.

INTERDISCIPLINARIDADE Articulação de áreas específicas para atingir um objetivo comum.



2

ORGANIZANDO AS IDÉIAS...

“A prática educativa é uma viagem, onde precisamos conhecer o local de partida e saber para onde se quer ir. O processo são os passos do caminho, cada um dos marcos que se atravessa conduz a uma mudança paulatina, na qual o tempo representa um papel importantíssimo”.

A implantação dos CRAS parte do princípio da equidade: priorizar o acesso aos mais vulneráveis socialmente, garantindo-lhes condições básicas para o exercício de cidadania. Nessa perspectiva, diante do déficit social que atinge a população nesses territórios, cabe às equipes, o reconhecimento sobre as necessidades e o mapeamento sobre as demandas e as ofertas presentes nos vários contextos.

À primeira vista, o universo a ser trabalhado aponta questões acima da capacidade técnica instalada. O que fazer? Como responder às expectativas da população? Como trabalhar as ansiedades das equipes frente às demandas?

Identificar, avaliar e analisar são etapas necessárias para a organização das idéias. Esse processo também conhecido como Diagnóstico Social vai gerar condições básicas para a elaboração do planejamento partindo do real e construindo a linha do possível para atingir o ideal.

30

Antes de qualquer intervenção social é importante:

- Sentir-se parte do coletivo;
- Compreender-se enquanto ser social e político;
- Reconhecer outros atores sociais;
- Identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças;
- Não traçar um caminho solitário, mas compartilhar desejos, pactuar objetivos e compromissos;
- Definir estratégias de co-responsabilidade.

**DIAGNÓSTICO SOCIAL SOB A ÓTICA DA
TRANSFORMAÇÃO**
Identificando a realidade e construindo uma memória

A descrição de uma demanda parte da avaliação sobre as necessidades.

Esse momento de avaliação está relacionado ao suprimento de questões importantes para as pessoas, grupos sociais, instituições, etc. O Diagnóstico Social, se bem trabalhado, alcança muitas vezes o que a nossa visão superficial não consegue revelar. Organizar idéias a partir de etapas, nada mais é do que construir um roteiro para a elaboração de um diagnóstico social. Um estudo que permita não só conferir questões externas às equipes, assim como, reconhecer nas necessidades e demandas, suas potencialidades, fragilidades e alternativas que venham suprir as demandas reprimidas e demandas descobertas.

Etapas fundamentais para a organização de idéias e elaboração do Diagnóstico Social

Para implantar e implementar uma Política Pública faz-se necessário definir etapas complementares que permitam uma interligação dos vários atores sociais envolvidos no processo de intervenção. No conjunto de atividades que compõem as etapas, é importante:

- Considerar os interesses sociais através dos grupos organizados dentro dos territórios.
 - Relacionar as questões comuns nos núcleos família e comunidade.
- Relacionar as demandas aos serviços ofertados.
 - Revelar as vulnerabilidades sociais;
 - Verificar os serviços já implementados e/ou em processo de implementação no território;
 - Confrontar as ofertas (serviços implementados) com as demandas (situações de vulnerabilidades sociais).
- Reconhecer as possibilidades de implantar ou incrementar ações no campo intersetorial.
 - Agrupar as demandas por eixo temático;

- Hierarquizar as demandas agrupadas;
- Identificar os pontos de estrangulamento (necessidades não atendidas);
- Reconhecer as perspectivas para a construção de alternativas que venham suprir as necessidades (demandas reprimidas/demandas descobertas).

Portanto, o processo conjuga um conjunto de momentos não lineares, articulados e interdependentes, representados pela:

- **Constituição do problema;**
- Formulação de alternativas;
- **Adoção da Política de Assistência Social**
- Implementação de ações;
- **Avaliação sistemática - resultados e impactos**

Fique Ligado

OBJETIVO

Descrição clara e precisa do que queremos alcançar com a intervenção, considerando não só o “final” do processo (objetivo geral), mas, também, o que queremos alcançar no decorrer da intervenção (objetivos específicos).

CONTEÚDO

Conjunto de conhecimentos que devem ser disponibilizados para atingir os objetivos.

METODOLOGIA

O que precisamos fazer para alcançar o que queremos (durante o processo e no final da implementação das ações)

ATIVIDADES PARA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INTERVENÇÕES SOCIAIS

Apresentamos a seguir, sugestões para o desenvolvimento das etapas para implantação e implementação de intervenções sociais, com as seguintes atividades: “Diagnóstico sobre o território: demanda x oferta” e “A linha do possível: o real x o ideal”. Devemos lembrar que as sugestões devem estar para as realidades distintas, necessitando, portanto, serem avaliadas e adaptadas. Existe a possibilidade de recorrermos a diferentes atividades para alcançarmos os mesmos objetivos. Nesse sentido, é importante reconhecer o nível de compreensão do grupo, para trabalhar da melhor forma a abordagem do tema.

33

Atividade 1 – Diagnóstico sobre o território: demandas x ofertas

Objetivos

- Organizar subsídios para a construção da intervenção social;
- Elaborar o diagnóstico social.

Conteúdos

- Metodologia de pesquisa;
- Políticas Públicas;
- Intersetorialidade de ações;
- Análise de conjuntura;
- Movimentos sociais;
- Redes sociais.

Metodologia

- Introduzindo o tema...

Introduzir, a partir de um estudo ou leitura comentada, a reflexão sobre a importância do *estudo diagnóstico* para a construção de alternativas que viabilizem as necessidades reais de determinado território. Um bom texto deve ter uma linguagem clara e precisa, possibilitando reflexões sobre as realidades. Uma sugestão é refletirmos sobre os valores sociais que direcionam o nosso olhar e carregam as nossas expectativas sobre o outro.

- Debatendo e conceituando opiniões...

O espaço para o debate deve ser bem trabalhado pela equipe, que deve construir com o grupo as bases para a discussão fluir democraticamente, acolhendo as diferentes opiniões e divergências ideológicas. As opiniões devem ser registradas para os aprofundamentos necessários e a fundamentação, como oferta da equipe na produção de conhecimentos pelos grupos.

É importante identificar concepções antes de socializar alguns conceitos (território, comunidade, vulnerabilidade social, demandas e ofertas, etc.). As dinâmicas de grupo devem possibilitar a compreensão e o alcance dos objetivos. Verificar na seleção de técnicas e dinâmicas de grupos, se essas condizem com o caminho proposto (objetivos específicos) rumo aos resultados esperados (objetivo geral).

Uma atividade interessante para o diagnóstico social é a pesquisa participante, podendo a mesma ser sobre as opiniões, sobre os fatos concretos e sobre as possibilidades existentes de enfrentamento às situações ameaçadoras da qualidade de vida.

- Produzindo coletivamente...

Os registros das opiniões devem ser aproveitados para o planejamento do estudo diagnóstico. Apresentamos a seguir, uma sugestão de matriz que pode facilitar a organização das idéias e formulação da proposta para os territórios.

Produto

DIAGNÓSTICO SOBRE O TERRITÓRIO					
Território	Comunidades	Situações de vulnerabilidades mais comuns	Demandas identificadas e hierarquizadas	Serviços ofertados no território	Demandas descobertas

O quadro diagnóstico poderá ser fixado no CRAS como um painel sobre a realidade e as possibilidades provocando, nas equipes, a reflexão permanente, a auto-crítica e a construção coletiva. O painel diagnóstico facilitará, também, o monitoramento sobre as ações (resultados e impactos).



Atividade 2 - A linha do possível: o real x o ideal

Objetivos

- Definir o processo de intervenção, tomando como referência o real na perspectiva do alcance do ideal (diagnóstico social/ objetivos propostos);
- Traçar a linha do possível (estabelecer metas e estratégias);
- Organizar subsídios para a construção de intervenção social.

Conteúdos

- Análise de conjuntura;
- Planejamento estratégico;
- Metodologia participativa;
- Trabalho em grupo x trabalho coletivo.

Metodologia

Por onde começar? Qual a seqüência de trabalho? Como dar fechamento às etapas? Qual a melhor forma de processar a avaliação e construir análise propositiva?

Essas questões devem dar embasamento às equipes no processo de reflexão que antecede o início do planejamento gerador da prática pedagógica. Propomos que sejam consideradas as seguintes etapas complementares:

- Recorrer ao QUADRO DIAGNÓSTICO SOBRE O TERRITÓRIO;
- Estabelecer visão de futuro, avaliando tempo previsto para a implementação da proposta em relação às necessidades apresentadas pelas famílias, e o que as necessidades demandam como responsabilidade das equipes. É importante que as demandas sejam hierarquizadas pelo grau de importância em relação à distribuição do tempo para a implementação da proposta (curto, médio e longo prazo);
- Analisar as demandas identificadas (seu nascedouro, o que a alimenta, o que pode fragilizar o seu desenvolvimento);
- Quem está para esse processo de reflexão (possíveis agentes de transformação social);
- Relacionar as potencialidades existentes e as possibilidades concretas;
- Definir o campo comum (situações comuns a vários grupos e/ou contextos sociais) e os núcleos específicos (situações que diferenciam e caracterizam distintamente os grupos e/ou contextos sociais);
- Mapear o território (realizar estudo matricial sobre as famílias: quantas são; o que caracteriza sua vulnerabilidade; com quem já trabalha; o que já lhe é ofertado; o que deve ser priorizado para o seu fortalecimento);
- Construir agenda intersetorial com os agentes de transformação social;
- Pactuar com as famílias os processos de implementação da proposta, agrupando as necessidades comuns apresentadas pelos grupos de famílias, visualizando possibilidades de desenvolvimento de ações e atividades coletivas direcionadas a grupos comuns.

Produto

real < _____ linha do possível _____ > ideal
± **Curto prazo** **Médio prazo** **Longo prazo** ±

Demandas e ofertas identificadas a partir do diagnóstico (hierarquizar)

O que é preciso garantir no processo de intervenção, considerando o tempo limite para implementação do projeto (definição do tempo a curto, médio ou longo prazo). As atividades devem ser distribuídas de acordo com a hierarquização de demandas.

Objetivos a serem alcançados.

RETROSPECTIVA SOBRE O DIAGNÓSTICO Monitoramento e Avaliação

A avaliação está presente em todo processo de intervenção:

- Gerando diagnóstico sobre a realidade — *avaliação ex-ant*;
- No monitoramento, sobre a implementação das ações — *avaliação de processo*;
- Na verificação sobre os resultados e impactos — *avaliação ex-post*.

38

Portanto, a avaliação numa linguagem figurada, pode ser comparada a um termômetro que atua apontando, durante a intervenção, os resultados obtidos; a necessidade de rever objetivos, metas, metodologia; o grau de comprometimento e a adesão das pessoas sobre os processos deflagrados; a dimensão política na transformação social, etc.

Para organizar esse processo como algo sistemático, propomos o seguinte roteiro:

A IDÉIA SOBRE A INTERVENÇÃO

Concepção sobre as necessidades do território (famílias);

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Verificação e estudo sobre as necessidades, demandas, potencialidades das famílias e das equipes.

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Projetos, ações e atividades relacionados às necessidades das famílias e à capacidade das equipes e parceiros.

DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE MONITORAMENTO

Inclui a *metodologia a ser desenvolvida* — como deve ser feito o monitoramento das ações; *os conteúdos* — o que deve ser considerado no processo de monitoramento; *os instrumentais utilizados* - onde devem ser registradas as informações; *a periodicidade para o desenvolvimento das atividades previstas* — quando devem ser realizadas as ações e, por fim, *o produto* — o que o monitoramento deve gerar: o modelo de relatório descritivo e/ou analítico.

LOGO...

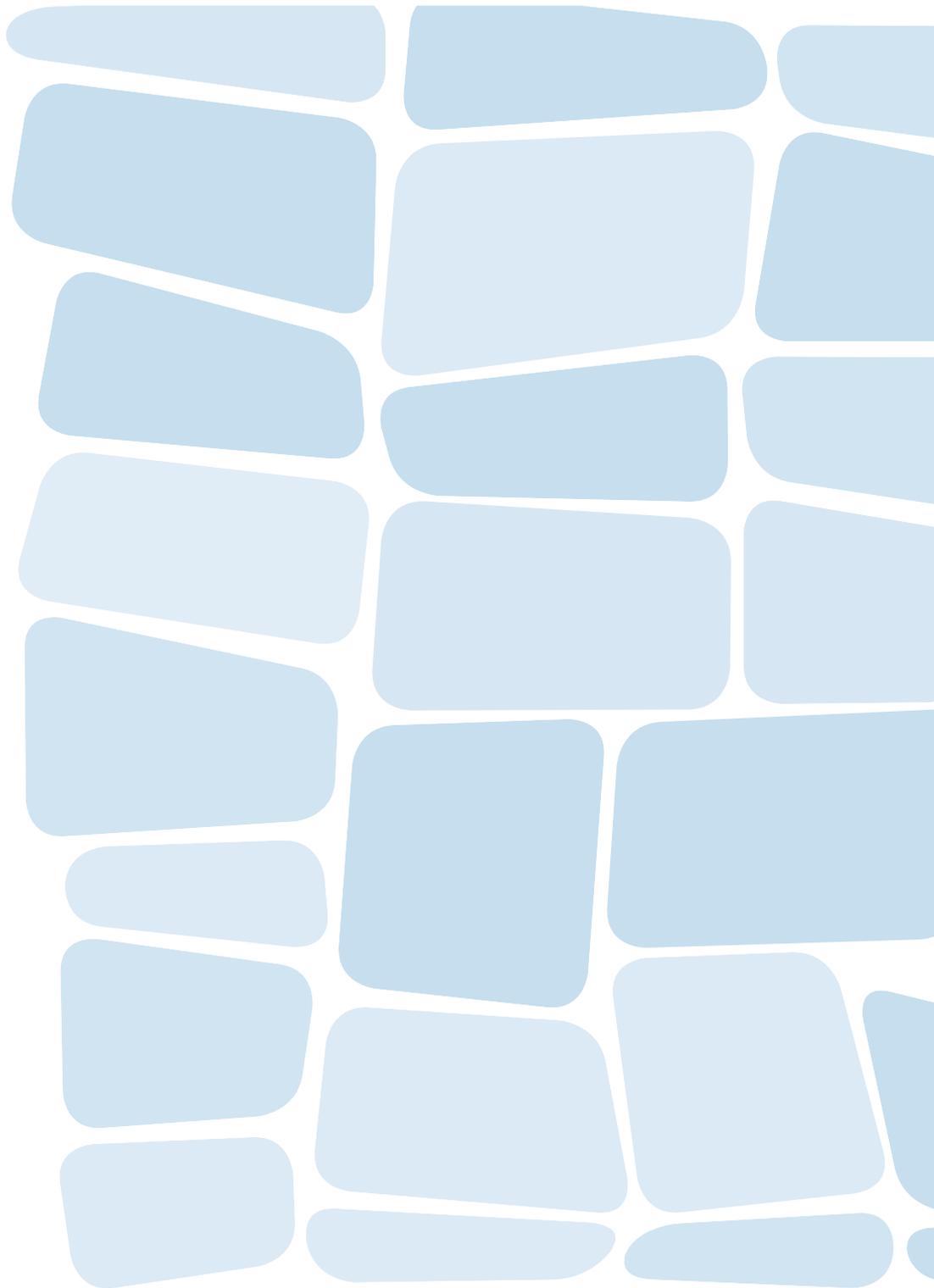
“... e eu desorganizando, posso me organizar, e eu me organizando posso desorganizar...”.

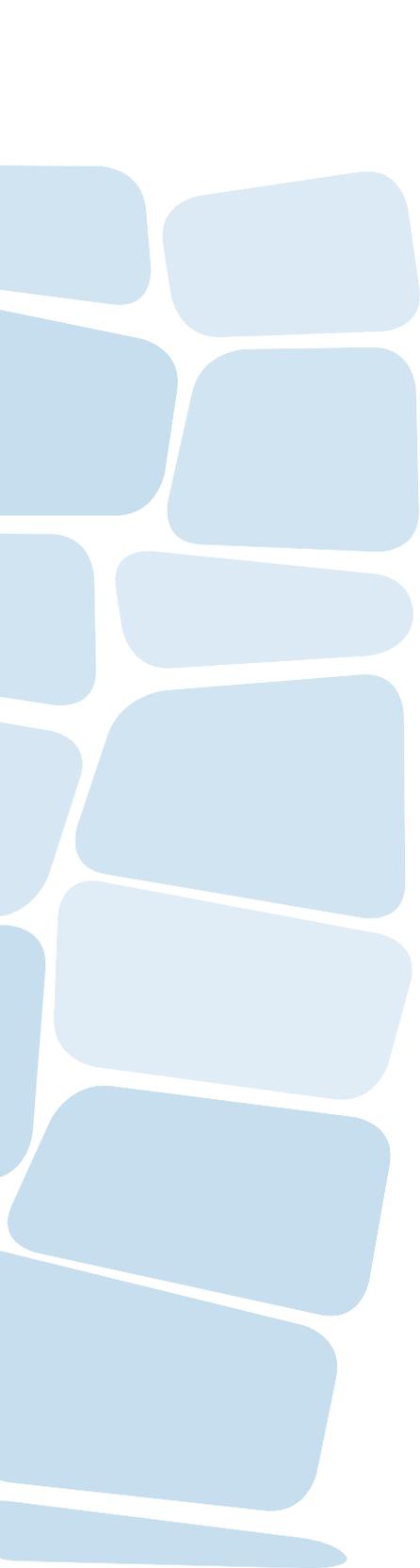
(Chico Science)

O processo de organização de idéias é algo permanente que deve compor o acompanhamento sistemático sobre a intervenção: construindo e desconstruindo lógicas, passo a passo num incansável caminhar...

À medida que as atividades vão sendo desenvolvidas e as respostas sendo dadas, cabe à equipe construir novos saberes que correspondam ao que se apresenta e ao que queremos alcançar. Um bom diagnóstico revela a “dosagem” certa para satisfazer as necessidades.

Não basta só planejar. O planejamento não pode ser peça decorativa, nem respostas às exigências gerenciais. O planejamento deve revelar o diagnóstico e ser uma ferramenta de trabalho, flexível às alterações provocadas pela intervenção e/ou por mudanças no processo.





3

SAINDO DO PAPEL E CONSTRUINDO O ALICERCE dando vida ao planejamento

“Uma metodologia que promova o debate entre o homem, a natureza e a cultura, entre o homem e o trabalho e entre o homem e o mundo em que vive, é uma metodologia dialógica e, como tal, prepara o homem para viver o seu tempo, com as contradições e os conflitos existentes, e conscientiza-o da necessidade de intervir nesse tempo presente para a construção e efetivação de um futuro melhor”.

Paulo Freire

Planejando o sucesso...

Nas intervenções sociais, comumente nos deparamos com situações que alimentam sentimentos de impotência: ***Como atender um universo tão extenso? Como alcançar uma demanda superior à capacidade técnica instalada? Como atingir um contingente de necessidades diversificadas e tão complexas?***

O sentimento de impotência gera, por tabela, certo descrédito sobre a efetividade das ações. Nesse sentido, nem sempre planejamos na linha do possível. Muitas vezes, desconsideramos o real e projetamos unicamente o ideal traçando, assim, um caminho utópico que pode nos levar à frustração.

42

O planejamento só tem vida se for experienciado, implementado e avaliado sistematicamente. No entanto, esse espaço de vivência deve também ser contemplado no planejamento. As atividades que viabilizarão o alcance dos objetivos produzem e revelam necessidades, até então, “encobertas” e pautam novas demandas para as equipes. Acreditamos que esse processo deve ser encarado sob a seguinte lógica: partindo do diagnóstico, alcançando a dimensão intersetorial, construindo uma proposta concreta e definindo mecanismos para a participação ativa dos usuários, o que, conseqüentemente, vai gerar um novo diagnóstico.

É esperado das equipes que atuam na Assistência Social um compromisso de estabelecer uma linha próxima entre a garantia de direitos e o processo de inclusão social.

Buscando subsidiar as equipes, agrupamos algumas atividades em quatro momentos que sugerimos como etapas importantes na concretização da intervenção social:

1ª etapa

Diagnóstico social — preparação para o planejamento.

2ª etapa

Articulação entre as equipes — intersetorialidade

3ª etapa

Construção de proposta — planejamento

4ª etapa

Participação ativa dos usuários — fortalecimento do protagonismo

Fique Ligado!

PRÁTICA - Aplicação da teoria, rotina de procedimentos

PRÁXIS - Prática transformadora - agir conscientemente sobre a realidade objetivada.

Sugestão de atividades Construção de práticas pedagógicas na Assistência Social

1ª etapa - Diagnóstico social - preparação para o planejamento

Atividade 1 – Necessidades x demandas: agrupando famílias e organizando intervenção

Essa atividade possibilita um desenho claro sobre a intervenção. Com o diagnóstico sobre as necessidades das famílias, vale a pena agrupar as necessidades comuns, para visualizar as demandas coletivas. Ou seja, as famílias que apresentam a mesma situação de vulnerabilidade precisam estar mais próximas para uma abordagem mais direcionada e participarem de um espaço de produção coletiva: escuta, identificação de questões comuns, construção de alternativas, fortalecimento mútuo. Para as equipes, com certeza, isso facilitará o acompanhamento do desenvolvimento dessas famílias e a articulação com outras equipes e serviços no território.

Vale a pena conferir!

Objetivos

- Produzir análise sobre as necessidades;
- Agrupar as necessidades comuns em demandas coletivas;
- Contribuir para a construção de projetos de cidadania.

Conteúdos e temas transversais

- Modelo de família (composição e caracterização das famílias);
- Situações de vulnerabilidade;
- Políticas Públicas;

- Cidadania;
- Protagonismo;
- Controle social.

Público

- Famílias por comunidades

Metodologia

Identificar, no conjunto de famílias, as necessidades comuns, agrupando as famílias por demandas; realizar com os grupos de famílias oficina para reflexão sobre situações de vulnerabilidade social que as atingem e construção de alternativas para alterar essas situações. Elaborar com as famílias metas para alterar as situações-problema. (Ex: O que é possível realizar a curto prazo para mudar aspectos de vulnerabilidade social? O que depende da família? O que depende do poder público? O que depende da comunidade em geral? O que priorizar? Como encaminhar os processos junto aos diferentes atores e grupos sociais?).

Avaliação

- A partir dos registros sobre a participação nos grupos (posicionamentos, contradições, aceitação, negação, etc.);
- A partir das metas de cidadania pactuadas com as famílias;

Produtos

- Diagnóstico sobre as situações de vulnerabilidade (necessidades, demandas e ofertas);
- Metas de cidadania pactuadas junto às famílias

Atividade 2 – Árvore dos objetivos

Para definir processos e planejar o sucesso das ações é fundamental reconhecer, no conjunto de necessidades, as causas das situações —

problema (nascido do problema) e consequências (o que o problema alimenta).

A partir desse reconhecimento, a equipe poderá projetar objetivos, metas, estratégias, articulações, parcerias, etc. Uma atividade de reflexão que aposta no lúdico para facilitar a análise.

Objetivos

Identificar nas situações-problema que ameaçam a sobrevivência da família, suas causas e consequências, buscando construir alternativas que correspondam às necessidades a serem supridas.

Conteúdos

- Situações de vulnerabilidade;
- Políticas Públicas;
- Cidadania;
- Protagonismo;
- Organização social;
- Análise de conjuntura;
- Planejamento estratégico e participativo.

Público

- Equipes que atuam nos territórios

Metodologia

Em subgrupos:

- Realizar leitura de textos de apoio;
- Refletir sobre a realidade social que ameaça as condições de vida e a dignidade humana;
- Identificar o problema que atinge a maior parte da população do território;
- Reconhecer as causas do problema (seu nascedouro);
- Reconhecer o que o problema causa (consequências);
- Desenhar em cartolina uma grande árvore, identificando em suas partes distintas as reflexões feitas (**RAIZ** — o nascedouro do problema; **CAULE** — o problema; **FOLHAS** — as consequências do problema).

No final da dinâmica, cada subgrupo socializará os resultados no grupão vale ressaltar que os produtos serão avaliados por todos. Caberá a(o) técnica(o) gerar provocações a fim de instigar o grupo para a reflexão sobre os resultados: o que, de fato, é o problema, suas causas e conseqüências.

Avaliação

No momento de socialização, os participantes avaliarão o grau de compreensão, fazendo uma auto-crítica sobre a visão fragmentada e superficial das situações de vulnerabilidade que atingem as famílias.

O(a) técnico(a) avaliará a capacidade do grupo em reconhecer não só as suas fragilidades, mas também, as potencialidades coletivas.

Produtos

Subsídios ao planejamento estratégico e participativo.

2ª etapa - Articulação entre as equipes - intersectorialidade

Atividade 3 – Agenda intersectorial

A articulação das ações e a integração das equipes exigem a definição de procedimentos que viabilizem a comunicação, o intercâmbio de conhecimentos, a produção de proposta. Uma sugestão é a construção de uma agenda de compromissos que defina responsabilidades e possibilite o acompanhamento permanente.

Objetivo

- Promover intercâmbio sistemático junto às equipes que atuam no território e trabalhar a sua co-responsabilidade.

Conteúdos

- Políticas básicas;
- Grupos x equipes;

- Trabalho coletivo;
- Metodologia participativa;
- Planejamento estratégico e participativo;
- Processos de trabalho e complementaridade de ações.

Público

- Equipes que atuam no território.

Metodologia

A partir das revelações sobre o território, definir coletivamente (com a participação de representantes das equipes das áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, etc.) o que será priorizado no conjunto de demandas por cada equipe e pelo grupo como um todo. A partir dessas definições, é possível construir uma agenda de compromissos e metas - o que estamos denominando de **agenda intersetorial**, que não só defina uma sistemática de encontros, mas que, sobretudo, relacione o acompanhamento à construção de novas pautas, que provoquem a revisão sobre o planejamento.

Avaliação

O processo de avaliação deve se guiar por indicadores relacionados à participação ativa, complementaridade de ações, processos de trabalho, resultados e impactos obtidos com a ação intersetorial.

Produto

Agenda intersetorial: cronograma de encontros e pautas de discussão.

Fique Ligado!

Pontos considerados importantes para a construção da agenda intersetorial:

- Problemática definida como importante - campo comum entre as equipes;
- Compromisso das equipes em relação à problemática - núcleo específico;
- Meta - o que precisa ser alcançado/período, etc.
- Pendências a serem encaminhadas no processo.



3ª etapa – Construção de proposta/ planejamento

Atividade 4 – Estudo matricial

A partir do contato sistemático entre as equipes, da construção de vínculo e processos de trabalho, é possível realizar um estudo matricial, que, com certeza, contribuirá para consolidar a intersectorialidade das ações. Considerando a família como um núcleo social, o estudo matricial deve considerar as informações e registros sobre as famílias atendidas pelas equipes e sobre o processo dos trabalhos desenvolvidos durante o atendimento dispensado às famílias, por cada área. Isso resultará num estudo que dimensionará os investimentos públicos para o atendimento das famílias (compreendendo os vários segmentos que a compõem), as ações sobrepostas, os desperdícios e as demandas reprimidas.

Objetivos

- Identificar as ofertas disponibilizadas aos núcleos de famílias através das políticas implementadas no território;
- Identificar as ações sobrepostas e as demandas reprimidas (não atendidas);
- Construir um mapa de possibilidades para uma intervenção intersectorial.

Conteúdos

- Concepção de família;
- Programas, projetos, ações e serviços;
- Territorialização.

Público

Equipes que implementam no território as políticas básicas e serviços sociais.

Metodologia

A partir da tempestade de idéias sobre as diferentes concepções de família, debater a composição e a caracterização das famílias que compõem o território, reconhecendo-a como núcleo. A partir das discussões, cada equipe deverá listar o que é ofertado para determinado grupo de família (se a família utiliza os serviços públicos – escola, unidade de saúde, creche etc.; se a família participa de algum projeto social promovido por ONG ou por OG; se a família recebe algum apoio para a garantia de sobrevivência de seus membros, como exemplo cesta básica). Esse exercício permite localizar as ações sobrepostas, possibilitando às equipes um redirecionamento da oferta e o planejamento de novas ações estruturadoras.

Avaliação

Conduzir a avaliação com base na reflexão sobre trabalho de equipe, ações complementares e sobrepostas.

Produto

AGENDA INTERSETORIAL: ações/atividades direcionadas às famílias e desenvolvidas pelas equipes no território

Roteiro para construção da agenda através da definição de:

Equipe

Ação/atividade

Objetivo

Segmento da família contemplado

Período de realização.

É importante que o resultado do levantamento/estudo seja organizado pelas equipes e consolidado num único documento, em forma de agenda, onde conste:

- Catálogo sobre as ofertas;
- Relação das ações e projetos desenvolvidos nos territórios com endereços das respectivas coordenações e números para contato telefônico/e-mail, etc;

- Mapa localizando no território onde estão sendo desenvolvidas as ações e projetos;
- Espaço para agendar reuniões e registrar decisões, etc.

Atividade 5 – Organização de núcleos específicos e campo comum

Apesar das especificidades, as equipes desenvolvem alguns pontos comuns nas suas abordagens. Nesse sentido, denominamos de núcleo específico o que caracteriza o diferencial entre as equipes, e denominamos de campo comum o que transversaliza as equipes independentemente das especificidades de cada área. Essa atividade é fundamental para a complementaridade de ações e estruturação da intersectorialidade.

Objetivo

Identificar nos processos de trabalho das equipes as *ações sobrepostas* - o que é ofertado por mais de uma equipe para a mesma família; a *complementaridade de ações* — o que é possível complementar entre equipes; e as *lacunas existentes* — o que não é realizado, apesar da necessidade.

Conteúdos

- O que é específico de cada política social e o que é comum a todas as políticas; (Saúde, Educação, Assistência Social, etc);
- Vulnerabilidade social;
- Concepções de família;
- Planejamento estratégico;
- Metodologia participativa;
- Intersetorialidade;
- Transdisciplinaridade;
- Complementaridade de ações.

Metodologia

Recorrer ao diagnóstico realizado sobre o território (o que já é ofertado pelas políticas básicas) e construir, a partir das informações, um painel demonstrativo, como no exemplo a seguir:

Equipe	Função social da equipe no território	O que realizamos	O que não conseguimos realizar	Quem poderá complementar o nosso trabalho
Educação	Formação intelectual	Ensino e aprendizagem	Trabalho com famílias	CRAS

O painel propiciará uma identificação sobre os núcleos específicos de cada área e o campo comum (o que é desenvolvido e avaliado por todos). Essa identificação proporcionará uma análise sobre o peso do campo comum em cada área e as ações sobrepostas, permitindo a pactuação de novos objetivos e o redirecionamento nos procedimentos das equipes, gerando, assim, maior sinergia para a complementaridade de ações. Esse momento deverá compor a dinâmica da oficina como uma sistematização coletiva e a construção de um pacto de co-responsabilidade sobre a intervenção intersetorial.

Avaliação

A avaliação dar-se-á no processo a partir do cumprimento da agenda intersetorial, sendo, essa, a pauta que transversalizará todas as outras, apontando possíveis inadequações no processo e tomadas de decisão necessárias.

Produtos

- Painel demonstrativo sobre núcleos específicos e campos comuns;
- Instrumentos/formulários que viabilizem a organização dos processos de trabalho/novos procedimentos planejados pelas equipes a partir das identificações feitas.



Atividade 6 – Metas de Cidadania

O processo de reflexão/ação deve ser acolhido enquanto atividade. O estabelecimento de metas que formalize a co-responsabilidade dos usuários durante a intervenção social, buscando a efetividade das ações, pressupõe um momento de pactuação na linha do possível: a realidade que temos, a realidade que queremos, o que é preciso ser feito, o que depende das famílias, o que depende do poder público, o que depende de outros parceiros. A clareza sobre as possibilidades deve servir como estímulo para a mobilização das famílias em relação às transformações sociais. A sugestão de definirmos com as famílias esses processos de reflexão/ação, além de promover o protagonismo, possibilitará, também, o exercício do controle social (acompanhamento sobre os resultados). As dinâmicas sugeridas enquanto atividades compõem um caminho para o alcance dos objetivos propostos.

Objetivos

- Promover o protagonismo e o exercício de cidadania;
- Fortalecer o controle social sobre as políticas públicas.

Conteúdos

- Análise de conjuntura;
- Situações de vulnerabilidade e indicadores sociais;
- Políticas Públicas e cidadania;
- Protagonismo;
- Organizações sociais e controle social;
- Função social da família;
- Poder Público: papéis e competências.

Metodologia

As atividades poderão ser realizadas através de oficinas de reflexão e produção de texto com representantes das famílias (provedores) com o objetivo de refletir sobre a função social da família e as condições garantidas para o seu desempenho social enquanto núcleo. Durante a oficina, vale a pena desenvolver as seguintes dinâmicas, que, com certeza, contribuirão para uma melhor compreensão dos participantes sobre os conteúdos propostos.

Dinâmica 1

1º Momento

Orientar os participantes a se apresentarem socializando o nome da família (sobrenome), qual a composição da família (quantos e quais os membros) e se ele (o participante) fosse definir a sua importância para a família (considerando a família um corpo humano), qual o membro que melhor representaria a sua importância diante do corpo (a família)?

2º Momento

Durante a socialização dos participantes, o (a) técnico (a) registrará as informações no quadro fazendo uma eleição sobre o que mais aparece nas falas. Exemplo : registrar a compreensão sobre a importância (se está relacionada com questões de sobrevivência, questões de afeto, educação para a cidadania) abrindo em seguida um debate sobre os argumentos dos participantes. O (a) técnico (a) poderá trabalhar com texto de apoio realizando leitura coletiva. É importante não insistir para que pessoas façam à leitura isso poderá expor dificuldades e limitações no que se refere ao domínio da leitura, podendo gerar constrangimentos. Após a leitura comentada, fará o fechamento sobre as diferenças que marcam os segmentos que compõem as famílias o que é fruto de alguns conflitos (conflitos de gênero, conflitos de geração, conflitos de interesses, etc.). Que o corpo (que é a família), têm em seus membros traços comuns e traços bem diferentes. Que na essência, os seres humanos devem se perceber nas suas identidades e construir a partir dessa, um movimento de respeito e solidariedade que permitirá um grau mais elevado de compreensão e partilha. Que mesmo com responsabilidades distintas sobre a organização e manutenção do núcleo familiar, cabe aos membros da família (de forma diferenciada considerando o grau de maturidade), zelar pela comunicação limpa, pelas oportunidades de expressar sentimentos, pela capacidade de dirimir conflitos e pactuar objetivos dentro do núcleo família. A equipe desafiará o grupo a colaborar trazendo a suavidade para preencher o quadro QUE FAMÍLIA É ESSA. O quadro permitirá reflexões sobre gênero, relações de poder e etc, possibilitando novos momentos e intervenções mais direcionadas as famílias que compõem em o grupo .

Produto

QUE FAMÍLIA É ESSA?		
Quem garante a sobrevivência dos membros	Quem mais alimenta as relações de afeto	Quem educa os membros para a cidadania
Quem castiga (disciplina/reprime)	Quem organiza as tarefas domésticas	Quem mais protege a família nos espaços comunitários

Dinâmica 2

1º Momento

Levantar junto aos participantes as seguintes questões, solicitando que todos reflitam individualmente:

- Quais as três maiores necessidades da família para a sua sobrevivência?
- Quais os três maiores problemas que ameaçam o suprimento dessas necessidades?

2º Momento

Apresentar aos participantes uma pirâmide dividida em três partes (a base, o corpo, o topo). Dividir os participantes em subgrupos, orientando para a seguinte tarefa:

- Discutir as opiniões individuais, reconhecendo as opiniões comuns;
- Pactuar nos subgrupos os problemas, que são a base da pirâmide (os que estão em maior quantidade), os que estão no campo intermediário (no meio) e os que estão no topo (os que mais aparecem);

3º Momento

Cada subgrupo apresentará no grupão o resultado do trabalho, justificando o produto. No final das socializações, os subgrupos observarão os produtos comuns. O (a) técnico (a) desafiará o grupão a construir, com base na identificação sobre o que é comum, uma pirâmide fruto das produções e reflexões anteriores.

Produto

- Pirâmide sobre as necessidades sociais que vulnerabilizam as famílias (o que está na base, no corpo e no ápice da pirâmide).

Dinâmica 3

1º Momento

Espalhar no centro da sala várias palavras ou desenhos indicando serviços, necessidades, como no exemplo abaixo:

ESCOLA

FREQÜENTAR A ESCOLA

As palavras devem estar escritas ou desenhadas em tarjetas brancas. Colar na parede duas tarjetas, dando idéia de colunas. Estas tarjetas devem conter os seguintes itens:

responsabilidade individual - **responsabilidade comunitária**

2º Momento

Solicitar aos participantes que peguem uma das tarjetas espalhadas no centro e, dependendo do que estiver escrito ou desenhado na tarjeta, fixar em baixo da indicação em azul ou amarelo (individual ou comunitária). De olho nas tarjetas fixadas, o grupão se posicionará concordando ou discordando da relação feita. O (a) técnico (a) mediará o debate, fazendo, no final, uma breve exposição sobre o sentido da palavra comunidade/comunitário.

Produto

- Responsabilidade individual e responsabilidade comunitária.

Apresentar ao grupo um painel demonstrativo da realidade com as seguintes colunas:

Pirâmide de problemas	O que precisa ser garantido para alterar a pirâmide?	Qual a responsabilidade da família para mudar essa pirâmide?	Qual a responsabilidade do coletivo (comunidade) e outros atores sociais (governos, órgãos públicos etc).	Quais as alternativas que precisamos colocar em prática	
				Alternativas	Período para realizar
Fixar a pirâmide construída coletivamente - produto final da dinâmica anterior.					

Dinâmica 4

1º Momento

Orientar o grupão, com base na pirâmide produzida a partir dos subgrupos, a preencher as colunas e firmar um compromisso de ação sobre os problemas identificados. Em seguida, pactuar com as famílias um cronograma para o acompanhamento sobre os compromissos assumidos coletivamente: metas de cidadania.

Produtos das dinâmicas

- Painel demonstrativo da realidade;
- Pirâmide sobre as necessidades sociais que vulnerabilizam as famílias;
- **Responsabilidade individual** — **responsabilidade comunitária**;
- Metas de cidadania.

Avaliação das dinâmicas

A oficina deve ser avaliada durante seu processo de desenvolvimento e no final das dinâmicas. A avaliação deve recuperar as produções do grupo, firmando a lógica que desencadeou as produções. O grupo deve se posicionar sobre o processo avaliando, sobretudo, os compromissos assumidos e o que foi acrescentado no conjunto de conhecimentos e

sentimentos das pessoas que participaram da oficina. É importante, no momento da avaliação, definir, também, como vão ser acompanhadas as **metas de cidadania** e a periodicidade da avaliação.



4ª etapa - Participação ativa dos usuários - fortalecimento do protagonismo

Atividade 7 - Nucleando a família

58

Reconhecer a família enquanto núcleo exige uma identificação sobre as diferentes composições das famílias e suas características marcantes. Nesse sentido, devem ser considerados os diferentes segmentos que compõem a família (arranjos familiares) e as relações que agregam e desagregam as pessoas no espaço família (movimentos de aproximação e afastamento dos membros da família). Esse estudo sobre os diferentes modelos de família permitirá a caracterização sobre os núcleos de família que estão no território (sua composição, caracterização e necessidades enquanto núcleo).

Objetivos

Implementar ações intersetoriais que contemplem, nas abordagens, diferenciados eixos comuns, atingindo a família enquanto núcleo social, composto por diferentes segmentos, com desejos, sonhos, medos e expectativas diferenciadas.

Conteúdos

A FAMÍLIA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

- Relações de poder;
- Relações de gênero;
- Encontros de gerações;

- Papéis e competências dos membros da família;
- Problemas que ameaçam a família na sua condição de núcleo e na sua função social (garantia de sobrevivência, garantia de afeto e na educação para a cidadania).

Metodologia

As abordagens dos conteúdos devem ser bem trabalhadas. Nesse sentido, para garantir maior aprofundamento e reflexão, propomos que sejam desenvolvidas dinâmicas intercaladas por trabalhos de pesquisa junto aos segmentos da família, o que trará ricas informações para a reflexão coletiva.

Dinâmica 1

Participantes: representantes dos núcleos das famílias, podendo também ser adaptada para equipes que atuam junto às famílias.

Roda de conversa: Tempestade de idéias

Como caracterizamos uma família (o que representa a família)? Na família quem dá as ordens? Quem dá carinho? Quem disciplina? Quem avalia? Quem garante as condições para sobrevivência? Quem matricula na escola? Quem conversa sobre assuntos polêmicos (sexualidade, drogas, etc.)?

O (a) técnico (a) registrará as idéias no quadro, identificando as mais citadas pelos participantes. No final, o(a) técnico(a) provocará o debate e fechará as discussões compartilhando informações sobre conceitos de família, sua função social, conflitos que se estabelecem no núcleo familiar, etc. Uma boa bibliografia poderá apoiar a equipe na fundamentação para a abordagem do tema.

Produto

- **Informações sobre** as famílias (composição, caracterização, o que pensam, como se organizam e reagem em determinadas situações).

Uma atividade de vivência possibilitará maior compreensão sobre o processo, além de aproximar as equipes das famílias. Sugerimos, a seguir, uma atividade de vivência (inter-módulo) que permita às equipes a verificação *in loco* sobre as questões relacionadas com as famílias.

Inter-módulo: pesquisa participante

O (a) técnico (a) desafiará o grupo a realizar junto às famílias (sendo cinco para cada grupo) uma pesquisa participante (registro sobre as opiniões e observação sobre os comportamentos), conferindo o que os membros das famílias pensam sobre:

- Adolescência e Velhice (encontro de gerações);
- Responsabilidade (papéis e competências dentro da família);
- Poder (autoridade);
- Diferenças de gêneros (conflitos entre o masculino e o feminino);
- Violência (o que caracteriza um ato de violência);
- Sexualidade (o que deve ser conversado);
- Moral (o que ameaça a moral na família);
- Vergonha (o que mais causa vergonha para a família).

Vale ressaltar que as opiniões devem ser registradas considerando àquelas que mais aparecem e socializadas na segunda dinâmica (a seguir).

Dinâmica 2

Participantes: equipes que atuam junto às famílias

1º Momento

Os participantes socializarão o processo desenvolvido no inter-módulo (pesquisa participante), trazendo para o grupo

as dificuldades enfrentadas e os destaques do processo. Em seguida, o(a) técnico(a) proporá a divisão em subgrupos, por época de nascimento, solicitando que cada subgrupo recupere marcas no processo de educação na família em relação aos mais novos (o que era mais liberado, o que era mais acolhido, o que era mais reprimido/proibido). O que reproduzimos na atualidade? O que existe em comum com as opiniões registradas na pesquisa participante (nossas famílias, as famílias que trabalhamos).

2º Momento

Os subgrupos socializarão no grupão, e o (a) técnico (a) agrupará o que mais aparece nos produtos, chamando a atenção para a necessidade de estabelecermos uma sintonia nas abordagens junto às famílias, contemplando o que marca a diferença entre os segmentos, mas construindo uma base comum (essência) para a abordagem de uma temática junto à família. Ou seja, se for preciso discutir relação de poder, como trabalhar esse tema considerando os adolescentes, os idosos, as crianças, mulheres e homens que compõem a família? Qual a base comum da discussão? Quais os destaques para as abordagens em cada segmento? Esse planejamento mínimo deve marcar um período de intervenção coletiva e ser compartilhado pelas equipes nas diferentes ações junto às famílias.

Produto

- Conjunto de temas para o planejamento das equipes no trabalho com as famílias;

Dinâmica 3

Participantes: equipes que atuam junto às famílias

1º Momento

Organizar um encontro intersetorial com representantes das Políticas Básicas implementadas no território (Saúde, Assistência Social, Educação) e outros grupos organizados

que desenvolvem atividades de atendimento sócio-educativo. A proposta é que o grupo não seja tão grande a ponto de inviabilizar a discussão. O objetivo da dinâmica é organizar as informações sobre as famílias identificando, a partir dessa organização, os serviços já garantidos, as ações sobrepostas, as necessidades não supridas e as demandas reprimidas. O ideal é que o grupo seja composto de, no máximo, 15 pessoas, representantes das equipes capazes de socializar informações sobre os processos e com disponibilidade e desejo em contribuir com a construção do produto final. Ver **MAPA DEMANDAS X OFERTAS**.

É importante que seja delimitado um território para a realização do mapa (não pensar em um espaço territorial muito extenso, isso poderá dificultar o estudo). Ao passo que a proposta vá sendo implementada, serão acrescentados novos territórios. Nesse sentido, serão solicitadas, além da participação dos representantes das equipes, as informações contidas no quadro a seguir.

2º Momento

O quadro apresentado, deverá ser preenchido relacionando as informações solicitadas às famílias em evidência. Depois de concluído o preenchimento, o quadro propiciará uma leitura sobre o que as famílias já utilizam de serviços, quais as equipes que atendem as mesmas famílias e se existem ações similares ou sobrepostas sendo ofertadas às mesmas famílias. Esse, sem dúvida, é um passo importante para a complementaridade de ações e a integração das equipes, otimizando recursos e promovendo maior visibilidade. É possível, também, a partir de uma ação mais articulada, alcançarmos com maior facilidade resultados e impactos, além de estabelecer um movimento para a formação em serviço, gerando sinergia positiva entre as equipes, viabilizando um acompanhamento dinâmico e pró ativo.

Produto

- Subsídios sobre a família (o que pensa, como se organiza e reage em determinadas situações);
- Conjunto de temas para o planejamento das equipes no trabalho com as famílias;
- Quadro sobre demandas e ofertas

Comunidades	Famílias (nome do provedor(a) ou código)	Estratégia de Sobrevivência das Famílias	Serviços que utilizam						
			Escola	Posto de Saúde	Atenção à Criança	Peti	Atenção ao Jovem	Atenção à Pessoa com Deficiência	Atenção ao Idoso

Avaliação das dinâmicas

A avaliação do processo deverá contemplar:

- O que alterou na minha compreensão sobre família?
- O que alterou meu comportamento no núcleo familiar?
- O que ainda preciso aprofundar sobre o tema família?
- O que alterou com a nova dinâmica de trabalho junto às famílias?
- Como dinamizar o atendimento a partir das identificações sobre a realidade das famílias?



Os produtos das atividades sugeridas permitem, sobretudo, uma leitura sobre as potencialidades dos usuários e equipes e as possibilidades existentes no território. É possível, a partir do conjunto de descobertas, a verificação sobre a dimensão que a intervenção precisa alcançar, nos vários contextos, projetando as possíveis conseqüências no processo de

formação integral, o que sugere às equipes a agregação das temáticas centrais em eixos, permitindo maior transversalidade nas abordagens. Reconhecemos que esse processo de formação integral exige das equipes maior compreensão sobre o ser social, político e sua capacidade de produzir conhecimentos. Ou seja: *formação social, política e intelectual*. Portanto, é preciso ordenar **EIXOS PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL, considerando:**

- Como são tratadas entre nós as fundamentais dimensões do saber – o pensar, o sentir e o agir?
- Qual o universo de imagens, símbolos, idéias, temas, categorias, conceitos, quantidades, informações que são oferecidas, se não impostas ao pensar, enquanto processo mental de confronto, complementação, apropriação, assimilação e expressão?

“Pensar - dimensão do saber - é ler e procurar entender o movimento da vida. É embarcar neste movimento tentando construir, a nível mental, imagens e símbolos que vão clareando e aprofundando a compreensão da geração, gestação e transformação das práticas individuais e coletivas – econômicas, políticas, culturais e afetivas”².

Ao longo do caminho que possibilitou a construção da Cartilha, a participação constante das equipes permitiu um amadurecimento conjunto. Não chegamos no fim do caminho; continuamos caminhando guiados por princípios e motivados por compromissos que nos levam a desbravar novos territórios e ampliar a participação na luta pela inclusão social e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando se tem clareza a respeito do que se precisa mudar e de onde se quer chegar, o caminho se torna mais agradável e “seguro”. Dá pra começar com os pés firmes, sem medo de atropelos. Mas, também, é um processo que requer o desejo de transformar as dificuldades em possibilidades e os atalhos em largas estradas, onde muitos possam passar.

² DE RAÍZES A FRUTOS na busca de saber viver um Programa de Ensino Democrática – OFICINA DO SABER - Jaboatão dos Guararapes 1992

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa – **UM MÉTODO PARA ANÁLISE E CO-GESTÃO DE COLETIVOS: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda / Gastão Wagner de Sousa Campos.** - São Paulo : Hucitec, 2000
- GALEANO, Eduardo – **MULHERES.** Porto Alegre: L&PM POCKET, 1999. (2 volumes)
- ACERDA, Eugênia. **Tecendo a vida: uma trajetória de trabalho com mulheres.** Revista promoção da Saúde ano 3 nº 6 outubro de 2002, pag 37 a 41, Ministério da Saúde.
- **SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO BRASIL PÓS-BEIJING:** Um estudo exploratório. Realização Rede de Mulheres -Seção Brasil/ Coordenação SOS Corpo - Esplar. Recife outubro de 2001.
- **REDE DE SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA A MULHERES E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.** Região Metropolitana de Recife. Recife, 2005.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da – **O PROFESSOR COMO EDUCADOR: um resgate necessário e urgente.** - Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues – **O QUE É O MÉTODO PAULO FREIRE** – São Paulo: Brasiliense, 1981-(coleção primeiros passos ; 38).
- **EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: Interroguem nossas práticas.** Cruzamento de saberes e de práticas no contexto do pensamento de Paulo Freire, Recife, 2002.
- **ALMANAQUE DE METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR-CENAP.**
- FREIRE, Paulo. **PAULO FREIRE: ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO.** Programação do IV colóquio internacional. De 16 a 19 de setembro de 2003.
- FREIRE, Paulo. **EDUCAÇÃO E MUDANÇA.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983
- NIDELCOFF, Maria Teresa. **UMA ESCOLA PARA O POVO.** ed. Brasiliense, São Paulo, 1978.
- MONTESSORI, Maria. **FORMAÇÃO DO HOMEM.** ed. Portugalia, Rio de Janeiro.
- **PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: Abordagens Metodologias-Professores e Alfabetizadores.** MOC.
- FREIRE, Paulo/ GUIMARÃES Sérgio. **APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA.** ed. Paz e Terra: São Paulo, 1987.
- **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.** Ed. Cortez. São Paulo, 1990.
- **SAIR DO PAPEL : Cidadania em Construção, RAI0 / UNICEF, VILA VELHA, ES.**

- THURLER, Ana (org.) - **TEXTOS DO BRASIL nº 08 – O BRASIL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL** - Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2001.
- DENISE, Carla. **SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS: Subsídios Didáticos para Dramatizações**. Cendhec, 1999.
- **O QUE TEMOS APRENDIDO: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES** como prática educativa na construção da cidadania de Crianças e Adolescentes. MNMMR. Recife. 2002.
- **PROJETO PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Sistematização de Experiência**. Cáritas Brasileira.
- CEDCA-PE. **O CONSELHO DE DIREITOS: base para o exercício de suas atribuições**. Recife 2002.
- **DISCUTINDO O TRABALHO INFANTIL, CONSTRUINDO CIDADANIA**. Caritas Brasileira.
- **VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS**. (cartilha). Comissão Brasileira Justiça e Paz.
- Cadernos de Estudos: **DESENVOLVIMENTO EM DEBATE**. Textos para V Conferência Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- VIANA, Ana Luiza d'Ávila. ELIAS Paulo Eduardo M. IBAÑEZ Nelson. **PROTEÇÃO SOCIAL: DILEMAS E DESAFIOS**. São Paulo: Hucitec. 2005.
- SERRA, Rose Mary Sousa. **A PRÁTICA INSTITUCIONALIZADA DO SERVIÇO SOCIAL**. Ed. Cortez. São Paulo, 1983.
- BRASIL. **LOAS: LEIA ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília, 2001.
- **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -PNAS 2004**.
- **MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS: Plano de ação e demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS (2005/2006)**. Versão Preliminar - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **CADERNO SUAS** – Sumário Executivo do Financiamento da Assistência Social no Brasil entre 2002 e 2004. nº 01 Ano 01- Dezembro de 2005.
- THURLER, Ana (org.) - **TEXTOS DO BRASIL nº 08 – O BRASIL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL** - Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2001.
- BIANCARELLI, Aureliano – **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAZ E A NÃO – VIOLÊNCIA: Os caminhos de Diadema (SP)**. Revista Divulgação em Saúde para Debate nº 35, pag.75-84, Rio de Janeiro: junho de 2006.
- GOMES, José Farias. **CRIANÇAS E ADOLESCENTES: NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO 2003**. UNICEF.
- **CRIANÇAS INVISÍVEIS: O enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração**. Coordenação Veet Vivarta- São Paulo: Cortez, 2003.

- **ELAS NÃO BRINCAM EM SERVIÇO:** 12 histórias de trabalho doméstico de criança e adolescentes (cartilha para jovens multiplicadoras). Cendhec. Recife, 2003.
- **CONSTRUINDO O PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE.** Caritas Brasileira, Brasília, setembro de 2001.
- PONTES JR, Felício. **CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Ed. Malheiros Editores. São Paulo, 1993.
- DOURADO, Ana. FERNANDES, Cida. **UMA HISTÓRIA DA CRIANÇA BRASILEIRA.** CENDHEC- Recife, Palco – Belo Horizonte, 1999.
- **ADOÇÃO** – Perguntas mais comuns sobre adoção de crianças e adolescentes e suas respostas. Poder judiciário de Pernambuco / Juizado da Infância e da Juventude do Recife. 2004.
- **ESTATUTO DO IDOSO.** Ministério da Saúde. Brasília – DF, 2004. (2 exemplares)
- **NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/ SUAS:** Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília Julho de 2005.
- **NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. NOB-SUS 01/96.** Legislação básica
- **O SUS de A a Z:** Garantindo saúde nos Municípios. CONASEMS - Ministério da Saúde. Brasília -DF, 2005.
- ROSA Elizabete – **ADOLESCENTE COM PRÁTICA DE ATO INFRAACIONAL: A questão da Inimputabilidade penal, SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE** N° 67, páginas 182 a 200, Ed. Cortez, 2001.
- **PROJETO DEIXANDO MARCAS: ORIENTAÇÃO SEXUAL AO ALCANCE DE TODOS / AMUNAM,** Nazaré da Mata-PE, 2004. (3 exemplares).
- FRANCO, Abigail- **FAMÍLIA DE APOIO: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA - SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE** N° 067, página 159 a 181, Ed. Cortez, 2001.
- CHUAIRI, Sílvia – **ASSISTÊNCIA JURÍDICA E SERVIÇO SOCIAL : REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES - SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE** N° 067, página 124, Ed. Cortez, 2001.
- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988;**
- **LEI 8069/90 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA;** (4 exemplares)
- SILVAK, Martín. **A POBREZA É UM CLICHÊ - o que a Globalização está fazendo com a América Latina : uma viagem de Bariloche a Tijuana, com Sean Paul Langan, documentarista da BBC.** Revista caros Amigos, pag. 30 a 34. Ano VIII, nº89 agosto de 2004.
- **PLANETA FAVELA-URBANIZAÇÃO.** Revista Carta Capital. Ano XII nº392. 10 de Maio de 2006.
- **DINÂMICAS PARA ORGANIZAR MENINOS E MENINAS NA GARANTIA DOS SEUS DIREITOS.** MNMMR. Recife, 2000.

Diagramação e Arte



ESCOLA DOM BOSCO DE ARTES E OFÍCIOS

Av. Gen. San Martin, 1449 - Bongi - Recife - PE - CEP: 50761-000

Fone: (81) 2129.4567 - Fax: (81) 2129.4526

E-mail: aclientes.edb@salesianosrec.org.br

Site: www.escoladombosco.org.br